

DIÁRIO POPULAR

6/1/1974

REUNIÃO

INTERSINDICAL

A reunião intersindical realizada no Porto, no passado domingo, conforme referimos, deliberou rejeitar o projecto de lei sobre a duração do trabalho — segundo uma informação agora distribuída à Imprensa.

Estiveram presentes à reunião, além da Ordem dos Médicos, como observadora, os Sindicatos Bancários de Coimbra, Lisboa e Porto; Caixeiros de Lisboa; Carregadores e Tráfego de Lisboa; Escritórios de Lisboa; Escritórios e Caixeiros de Santarém; Ferroviários dos Serviços Centrais; Jornalistas; Lanifícios da Guarda, de Viseu, de Lisboa e do Porto; Metalúrgicos de Braga e do Porto; Propaganda Médica e Seguros de Lisboa e do Porto.

6/1/77 JORNAL(?)

NOTA DO MINISTÉRIO DO INTERIOR

O REGIME LEGAL

das reuniões de assembleias de associações ou organizações efectuadas dentro ou fora das respectivas sedes

Do Ministério do Interior recebemos a seguinte nota:

«Tendo-se suscitado dúvidas sobre o regime legal das reuniões das assembleias gerais de quaisquer associações ou organizações devidamente reconhecidas ou autorizadas, quando celebradas fora das respectivas sedes sociais, esclarece-se:

1.º — A liberdade de reunião das referidas assembleias gerais é reconhecida por lei na presunção de que se realizam em sequência do direito de associação, nas respectivas sedes sociais, para os fins estatutários e com a presença e intervenção apenas dos sócios. Nestes termos,

2.º — Não podem ser consideradas assembleias gerais decorrentes do direito de associação as reuniões a que sejam admitidas pessoas estranhas á colectividade que faz a convocação;

3.º — Deixam de gozar das imunidades próprias das reuniões celebradas ao abrigo do direito de associação as que nos seus trabalhos se afastem dos fins estatutários.

4.º — Com respeito ao local de reunião, admite-se que, em certos casos, as associações tenham de procurar sala mais espaçosa do que aquela de que disponham na sede social. Todavia, para que as autoridades administrativas saibam que uma reunião celebrada em local não associativo é decorrente da vida normal da associação e possam adoptar, perante a perspectiva de aglomerações de pessoas e veículos na via pública, as precauções adequadas, é evidente que a realização de tais reuniões tem de ser participada á autoridade administrativa, com quarenta e oito horas de antecedência, pelo menos, podendo a autoridade considerar inconveniente o lugar escolhido ou condicionar a realização da reunião nos termos gerais em que a Constituição limita o exercício dos direitos individuais, quer dizer, de modo a evitar a ofensa dos direitos de terceiros, e a lesão dos interesses da sociedade

5.º — Quando se pretenda realizar a reunião em algum edifício publico, deverá ser apresentada á autoridade administrativa autorização do ministro de que depende o serviço a que o edifício está affecto.»

O PROFESSOR

10/2/1971

DIÁRIO NOTÍCIAS

VIDA SINDICAL

Reunião intersindical em Lisboa

Realizou-se em Lisboa, no domingo, nova reunião intersindical, tendo estado presentes representantes dos Sindicatos Bancários-Lisboa, Bancários-Porto, Caixeiros-Lisboa, Escritórios-Lisboa, Escritórios e Caixeiros-Santarém, Jornalistas, Metalurgicos-Braga, Metalurgicos-Porto, Maquinistas da Marinha Mercante, Propaganda Médica, Carregadores e Descarregadores de Tráfego Lisboa, Protésicos Dentários, Seguros-Lisboa, Serviço Social e Serviços Administrativos M. Mercante, A. e Pesca. Assistiram, como observadores, a Ordem dos Médicos, sócios do Sindicato Empregados Escritório-Porto, e do Sindicato Empregados de Escritório e Caixeiros de Leiria.

11-2-1971

OS SINDICATOS E O PROJECTO DE LEI SOBRE DURAÇÃO DO TRABALHO

Realizou-se em Lisboa mais uma reunião intersindical, com a presença de representantes dos sindicatos: dos Bancários, de Lisboa e Porto; Caixeiros, de Lisboa; Escritório, de Lisboa; Escritórios e Caixeiros, de Santarém; Jornalistas e Metalúrgicos, do Porto; Maquinistas, da Marinha Grande; Propaganda Médica, Carregadores e Descarregadores e Tráfego, de Lisboa; Protésicos Dentários e Seguros, de Lisboa; Serviço Social e Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Pesca. Assistiram, como observadores, representantes da Ordem dos Médicos e sócios do Sindicato dos Empregados de Escritório do Porto e do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros de Leiria.

Os sindicatos presentes aprovaram uma proposta no sentido de entre os assuntos constantes da ordem de trabalhos ser dada prioridade à apreciação do projecto de Decreto-Lei n.º 5/X, sobre duração do trabalho, em apreciação na Câmara Corporativa.

Relativamente a essa matéria havia sido aprovado em reunião anterior um parecer que «a atitude que (os sindicatos presentes) podem assumir é a de rejeição do mesmo (projecto de decreto-lei)».

Como facto novo em relação à situação descrita, os sindicatos tomaram conhecimento de um officio do secretário de Estado do Trabalho e Previdência, em resposta ao referido documento, em que se indicava a possibilidade de os sindicatos poderem enviar as suas críticas sobre o projecto ao Ministério, até 15 do corrente.

Após ampla discussão foi aprovada uma proposta preconizando:

«A elaboração de um projecto de declaração colectiva sobre a atitude dos sindicatos quanto à formulação de soluções legais para os problemas das relações de trabalho.»

★ PROBLEMAS ACTUAIS
DO SINDICALISMO EM PORTUGAL
— tema de uma reunião
na S.E.D.E.S.

Efectuou-se ontem, na S.E.D.E.S. — Associação Para o Desenvolvimento Económico e Social —, uma reunião de informação para sócios acerca dos problemas actuais do sindicalismo em Portugal.

Esta reunião integrou-se no programa de lançamento da actividade dedicada ao associativismo de base, que, conjuntamente com a actividade de diagnóstico e projecto da sociedade portuguesa (já com três grupos de trabalho em funcionamento, um deles consagrado ao problema da reforma do ensino) e a actividade relativa à regionalização constituem as três linhas centrais da acção sindical da S.E.D.E.S.

A reunião teve a presença de grande número de sócios que intervieram animadamente na discussão de alguns problemas actuais do sindicalismo, ligados à actividade económica. Neste contexto, discorreu-se sobre estratégia do poder sindical e limitações de ordem jurídico-política da temática envolvente.

A discussão foi orientada por uma mesa constituída por especialistas e elementos ligados à vida sindical — Frederico Marques, do Sindicato dos Pintores da Construção Naval; A. Campos Marçal, presidente da direcção do Sindicato dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa; e Dr Vítor Wengorovius, que exerce funções de consultadoria jurídica em vários sindicatos — tendo como moderador Américo Ramalho, do Conselho Coordenador da S.E.D.E.S. na qualidade de membro do Conselho Coordenador, compareceu também o Dr João Salgueiro, subsecretário do Planeamento Económico.

Prevê-se a realização de outras reuniões informativas sobre os demais sectores do associativismo de base (cooperativas, associações culturais, clubes de recreio, etc.), nas quais se procurará estudar o papel dessas associações na vida económico-social portuguesa.

PRIMEIRO DE JANEIRO
1971

★ REUNIÃO INTERSINDICAL
PARA TRATAR DOS PROBLEMAS
DA DURAÇÃO DO TRABALHO

Representantes sindicais reunidos, em Lisboa, aprovaram uma proposta acerca do projecto de decreto-lei sobre duração do trabalho, na qual se preconiza que: «A elaboração de um projecto de declaração colectiva sobre a atitude dos sindicatos, quanto à formulação de soluções legais para os problemas das relações de trabalho». Deram a sua adesão ao encontro os sindicatos dos Bancários, de Lisboa e Porto; Caixeiros, de Lisboa; Escritório, de Lisboa; Escritórios, Caixeiros, de Santarém; Jornalistas e Metalúrgicos, do Porto; Maquinistas, da Marinha Grande; Propaganda Médica, Carregadores e Descarregadores de Tráfego, de Lisboa; Protésicos Dentários e Seguros, de Lisboa; Serviço Social e Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Pesca, assistiram, como observadores, representantes da Ordem dos Médicos e sócios do Sindicato dos Empregados de Escritório do Porto e do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros de Leiria.

No início da sessão foi deliberado dar prioridade à apreciação do projecto de Decreto-Lei n.º 5-X, sobre duração do trabalho, em apreciação na Câmara Corporativa.

Em relação a este assunto havia sido aprovado, em reunião anterior, um documento em que se considerava que «a atitude que os sindicatos presentes) podem assumir é a de rejeição do mesmo (projecto de decreto-lei).»

Como facto novo em relação à situação descrita, os sindicatos to-

CLIMA DE CONFIANÇA NA VIDA SINDICAL

- voto do presidente do Sindicato
dos Profissionais de Escritório
numa reunião com a Imprensa

A direcção do Sindicato Nacional dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa reuniu-se, esta manhã, com os representantes dos órgãos da Informação, na nova sede do organismo, situada na Rua Braancam. 9.

Ladeavam o presidente do Sindicato, dr. Campos Marçal, os restantes membros da direcção, ers. Queirós Fonseca, Silva Pinto Pereira Coutinho e D. Irene do Carmo.

Depois de agradecer a colaboração prestada pelos órgãos informativos na «nova vida sindical, encetada há um ano», o dr. Campos Marçal falou sobre a sede, ainda não inaugurada oficialmente, e falou, depois, que houvera uma campanha eleitoral, viva, mas correcta, preparando as últimas eleições para os corpos gerentes do Sindicato. E salientou que não existia qualquer divergência de opiniões entre os actuais dirigentes e os que haviam sido derrotados.

O dr. Campos Marçal, que se referira á efectiva participação dos trabalhadores na vida sindical, mencionou a maior actividade na nova panorâmica sindical nascente no nosso País, por parte dos profissionais de escritório, cujo sindicato conta com mais de 60 000 associados. Procuraram os dirigentes do organismo dar-lhe nova estrutura interna, o que levou ao aparecimento de novos departamentos. Actualmente, o sindicato dispõe de serviços de secretariado, de contratação, gabinete de estudos, organismo de colocações (desemprego e subemprego),

Centro de Aperfeiçoamento Profissional, Centro de Estudos de Organização de Escritório (formação de dirigentes), relações públicas, consultor jurídico, infantário Roseiral, etc.

Como sublinhou o dr. Campos Marçal, muitos problemas têm surgido, preocupando a direcção no último ano do seu mandato, sobremaneira com a formação de dirigentes. Focou, também, que, sómente no distrito de Lisboa, os profissionais de escritório laboram em 8000 empresas, realçando a importância do gabinete de estudos. E acrescentou que, no nosso País, os problemas profissionais não são estudados convenientemente. O dr. Campos Marçal, mais adiante referiu-se á importância das reuniões intersindicais, que se efectuam desde Outubro para discussão dos problemas gerais do sindicalismo.

A reunião terminou com uma visita ás novas instalações e um almoço.

CAPITAL - 20/2/1971

REUNIÃO SINDICAL ADIADA DEVIDO AO ELEVADO NÚMERO DE COMPARÊNCIAS

Foi adiada a anunciada assembleia geral do Sindicato Nacional dos Profissionais de Escritório, referente à secção de actividade da Indústria de Petróleos, que se deveria ter efectuado, há dias, na antiga sede do

organismo, na Rua do Alecrim. O adiamento foi motivado pelo avultado número de comparências, pois os associados não cabiam na sala. Será marcada, em breve, nova data para a reunião.

ÂNGULO NOVO Nº 10

JANEIRO/FEBREIRO
1971

p. 9/10/11/12/13

ELEIÇÃO EM 26/2/1971

a eleição dos novos corpos gerentes

OS TRABALHADORES BANCÁRIOS MANIFESTARAM DE FORMA EXTRAORDINARIAMENTE SIGNIFICATIVA O SEU APOIO À LISTA APRESENTADA PELA DIRECÇÃO CESSANTE.

Decorreu de forma extraordinariamente entusiástica a eleição dos corpos gerentes do nosso Sindicato para o triénio de 1971/73.

Tendo apenas sido apresentada uma lista de candidatos, a da Direcção, mesmo assim os bancários não quiseram deixar de estar presentes e participar num acto cujo principal significado foi o expressar de forma inequívoca a unidade existente entre a massa associativa e os corpos gerentes, unidade forjada ao longo de um efectivo mandato de dois anos que, apesar de curto, serviu para mostrar que a classe trabalhadora não se encontrava completamente alienada do processo social e que conhecia ainda, de forma consciente, o modo de atingir os seus objectivos. Esta ideia quanto à unidade que o acto eleitoral definiu é mais facilmente compreensível se atentarmos que, para além do mais, os nomes que preenchem a lista apresentada, quer no tocante à Mesa da Assembleia Geral quer no que respeita à Direcção, são na maioria os mesmos dos corpos gerentes do mandato ora concluído.

• O programa da lista eleita.

A lista eleita, composta pelos bancários António Ferreira Guedes, António Moreira Penilo, Daniel Cabrita, Fernando Moura Palhaça, Vítor Manuel Nunes, Antero Martins Guimarães, António da Cruz, António Moura Lopes, Margarida Teixeira e Maria Antonieta Pereira, apresentou o seguinte programa sindical:

— Desenvolver o seu contributo ao fortalecimento das relações entre todos os Sindicatos, pois não ignoramos que a sua actividade será tanto mais válida — logo apta a defender os interesses dos seus representados —, quanto mais concretamente se inserir numa acção sindical forte a nível

global, atenta a todas as decisões e normas que tenham incidências na vida dos trabalhadores.

Votantes	4 471
Total de votos	4 365
Votos por correspondência	1 842
Votos recusados	106

— Estreitar as relações entre os associados e os Corpos Gerentes, conjunto que define o Sindicato e de cuja coesão depende a eficácia da acção sindical.

Esse estreitamento compreenderá a reestruturação dos quadros de delegados de Lisboa e da Província; a realização de reuniões periódicas, quer com os delegados quer com grupos de outros colegas; encontros com sócios da Província; melhoria do boletim «Ângulo Novo» e da distribuição das circulares informativas; e outras medidas que venham a revelar-se necessárias relativamente aos objectivos em vista.

— Desenvolver concretamente uma actividade cultural nos vários aspectos em que esta pode ser entendida (consciencializadora, recreativa, desportiva, aperfeiçoamento técnico), pois reconhecem a sua importância para a valorização dum classe trabalhadora esclarecida e apta a defender os seus interesses.

— Efectivar a revisão dos estatutos de molde a terminar com condicionalismos que obstam a uma maior acção sindical.

— Controlar o cumprimento do CCT e de outras disposições legais, criando ou desenvolvendo os meios necessários e intensificando a sua acção junto dos organismos oficiais.



— Iniciar os contactos com a classe e proceder a um estudo-base com vista à próxima revisão do Contrato Colectivo de Trabalho.

— Intensificar as suas diligências para a regularização do funcionamento da Corporação do Crédito e Seguros e da Comissão Corporativa.

— Pugar e desenvolver os esforços necessários para que a Caixa de Previdência seja uma realidade que tenha em conta os legítimos interesses de todos os trabalhadores representados pelo Sindicato, dando simultaneamente resolução ao Problema Habitacional.

— Colaborar activamente com todas as comissões de trabalho — apoiando as suas iniciativas —, nomeadamente com a da cooperativa de consumo, a fim de que esta seja criada o mais rapidamente possível e de acordo com as aspirações de todos os interessados.

• Os bancários acorreram em elevado número à sede do Sindicato.

A maior percentagem de votantes foi da Província.

Quando a assembleia começou, por volta das dezoito horas e trinta minutos, já um número excepcional de bancários enchia a rua de São José formando uma bicha que através da Rua das Pretas se prolongava até à Avenida da Liberdade, perante a surpresa dos transeuntes e dos logistas pouco familiarizados com estas manifestações de vitalidade sindical. Esta movimentação desusada viria a durar até perto da meia-noite, hora em que a assembleia encerrou, passando em seguida a proceder-se à contagem dos votos.

Após a mesma verificou-se terem sido as actuais eleições as que mobilizaram maior número de trabalhadores, muito embora, acentue-se uma vez mais, apenas uma lista estivesse em causa.

“Devemos ser nós todos a resolver os problemas”

Entendeu «A. N.» recolher algumas opiniões de associados que se encontravam a votar. Opiniões breves, mas que procurassem reflectir o que significava para eles mais uma eleição sindical. Aliás, a afluência às secções de voto, era reveladora do apoio à nova Direcção, sendo desnecessário tecer mais considerações.

Começámos por ouvir o colega Augusto Poiares, pedindo-lhe a opinião sobre o acto que estava a decorrer.

— A afluência de tantos colegas, constitui uma lição de como se deve votar em Portugal. O civismo, a correção, a ordem como tudo tem decorrido, por parte de tantas centenas de homens e mulheres cumprindo o seu dever, que para nós é sagrado, visto que o trabalho é uma missão nobre e nós viemos eleger os representantes de trabalhadores. Foi uma lição de civismo para o próprio País.

Quanto às listas, não há que contestar, embora seja uma lista única. Demonstra vitalidade.

Os colegas que dirigem o nosso Sindicato merecem o nosso aplauso, não sendo demais o elogio que lhe possamos dar. Direcção composta de jovens, mas jovens idóneos que sabem o que estão a fazer para bem da classe.

— Que pode o colega dizer-nos sobre o programa da nova Direcção?

— Não me debrucei sobre o programa, não querendo pois, falsear a minha opinião. Mas pelo que já ouvi de alguns colegas, sei que é um programa válido, do qual tenho tido as melhores referências, sentindo-me à vontade para dizer que, até em relação a outros anteriores e em relação ao juízo que tenho feito a respeito dos colegas que estão a dirigir o Sindicato, deve ser perfeito quanto ao que estes nossos camaradas se propõem fazer.

— Aliás a afluência parece demonstrar isso mesmo, não é verdade?

— Não há dúvida. Basta vermos que desde as 18.30 às 20.30, a afluência tem sido de tal ordem que é prova evidente da confiança, sobretudo da

confiança que nós depositamos nos nossos dirigentes sindicais.

— Agora, as Assembleias Gerais são mais frequentes. Quer dar-nos a sua opinião sobre o problema?

— Isso é magnífico sobre todos os aspectos. E a prova é que de uma maneira geral a sala tem estado cheia, portanto, com colegas interessados em todos os problemas que têm sido levantados. Uma coisa que me assusta, vamos lá, é a criação da Caixa de Previdência, na medida em que se ela for feita, como deve ser, isto é, por forma a dar-nos satisfação e então, está bem.

«... a afluência é reveladora de que a classe está a viver o problema Sindical.»

Na Rua das Pretas ainda havia bicha. O entusiasmo e civismo continuavam. As pessoas interrogavam-se e interrogavam.

De seguida, abordámos o sócio n.º 12 716 — Luís Fernando de Sousa e Silva.

— É para o «A. N.». Que pensa desta vitalidade, da afluência?...

— Exactamente. Pareceira que a lista única viria prejudicar a votação, mas a afluência é reveladora de que a classe está a interessar-se, está a viver o problema sindical, o que é para mim e para nós todos motivo de regozijo. Sinto-me satisfeito. Feliz.

— E em relação ao programa apresentado?

— Li, mas não tenho presente, em pormenor, o que a Direcção se propõe fazer. Porém, fiquei com uma ideia geral, e acho bem, que dentro da linha de orientação da Direcção anterior prossigam a fazer sempre mais, dentro da Lei, norma que muito bem, têm trilhado.

— Que lhe parece prioritário em relação a uma série de questões que irão ser levantadas pela Direcção?

— Há bastantes problemas para continuar a resolver, distinguindo a Previdência e a Habitação a merecerem maiores cuidados. Alvitro que haja uma fiscalização da nossa parte para a projectada Caixa de Previdência, por forma a que se cumpra o que se pretende fazer, informando devidamente os sócios.

«A Direcção não pode trabalhar sôzinha, precisa de todos os associados.»

— Participação dos sócios nas Assembleias. Métodos seguidos. Que pensa o colega?

— Acho muito bem o método de serem todos os associados a discutir, a alvitrar soluções para os problemas, concordando e aplaudindo a forma como a Direcção se está identificando com a classe. Devemos ser, nós todos, a resolver os problemas e não apenas, três ou cinco. Uma minoria, tem-se verificado, não dá resultado.

Para a maioria poder integrar-se é realmente necessário estar documentada, como tem sucedido.

(O homem do táxi perguntava porque havia tanta gente. Bichas tão grandes. «Não tinha paciência».)

— Esta Direcção merece todo o apoio, pois tem tido uma actuação válida, e portanto, não me causa admiração esta afluência. A Direcção não pode trabalhar sôzinha, precisa de todos os associados — assim respondeu à primeira pergunta feita, a colega Maria Isabel Viegas — sócio n.º 11 458.

Sobre a lista única e continuando, disse:

— Acho que se não apareceu outra é porque os sócios não viram necessidade. Volto a dizer que

«... os benefícios e regalias, que através da união, os outros poderão também usufruir.»

Esta Direcção merece apoio, e se mais sócios não vieram, estou certa que foi por impossibilidade do estudo ou distância da habitação, com problemas de transporte, etc...

— Sobre o programa que a Direcção apresentou, quer pronunciar-se?

— Devemos partilhar benefícios e regalias, que através da união, os outros poderão também usufruir.

— Contactos com os associados. Assembleias.

— A ideia foi muito boa, pois só contactando com a Direcção podemos inteirar-nos do que ela pensa fazer e assim colaborarmos todos, não havendo uma Direcção isolada. A união é indispensável e benéfica.

Todavia o sócio tem as suas opiniões. Há problemas da Previdência, da Habitação. Dentro dos vários assuntos a tratar, haverá com certeza um ou mais que são prioritários. Posta a questão, respondeu a mesma colega:

— Para mim todo o programa tem interesse. Verifico que a Direcção tem interessado os sócios em comparecerem com entusiasmo nas Assembleias, levando-os a participar vivamente. O meu desejo é que tal continue a suceder.

Opinião do sócio n.º 6508 — colega Mário Silva Fortes.

A pergunta sobre a lista única e à afluência verificada às Assembleias de voto, respondeu:

— É muito importante a união verificada. Todos devemos colaborar na parte social, no progresso do País. Eu creio que os bancários estão a erguer um grande monumento em relação à vida nacional.

— Que pensa da Direcção anterior?

— Tive saudades dos elementos que saíram, mas os novos dão-me também a garantia de que vai ser uma Direcção com grande influência na vida bancária.

— Problemas prioritários?

— Todos. Mas preocupa-me o facto de não termos Empresas à altura do pretendido ingresso no Mercado Comum. O esquema de Previdência que esses povos possuem, etc.

— Como vê a perspectiva dos nossos Sindicatos em relação ao Mercado Comum? Actuação, meios, etc.?

— Acho que devem actuar em tudo, dispor de todos os meios para salvaguardar os direitos nacionais. Na vida social, nas Empresas, na organização e nos métodos, devem os Sindicatos actuar numa conjuntura dessas.

Faltava uma hora para a meia-noite. Aproximava-se o final da votação. Porém, o entusiasmo continuava a ser grande. Alegria nos presentes. A bicha tornava-se mais pequena, lentamente.

— A actividade desenvolvida pela direcção cessante, exclui à priori que outra lista pudesse ser eleita, e isto só por si, responde ao interesse verificado nesta assembleia de voto — afirmação do sócio 9909 — Hermenegildo de Oliveira, que em relação aos problemas, para ele prioritários, respondeu:

— O programa apresentado pela futura direcção é bem um reflexo da consciência dos problemas do grupo profissional a que pertencemos. Gostaria, no entanto, de salientar o problema habitacional, por me parecer de especial interesse, uma vez que os ordenados não comportam a alta de rendas praticadas na cidade (e não só — A. N.), obrigam-nos ao afastamento do local de trabalho, transformando assim, um dia normal, em oito ou dez horas de labuta, sem que as excedentes sejam remuneradas.

Referiu-se em seguida, ao pessoal menor, desta maneira:

— Nas últimas negociações o pessoal menor foi contemplado com algumas regalias absolutamente justas. No entanto, algo passou certamente despercebido ao Tribunal Arbitral, quando não fixou um prazo limite para a passagem à carteira do pessoal menor com o 1.º ciclo e cinco anos de casa, pois deste modo as empresas vão preenchendo os seus quadros pelo pessoal menor que termina o 5.º ano dos liceus (ou equivalência), ficando assim afectada a situação de prioridade dos primeiros.

Alguns dias depois da eleição, uma colega referiu-me a sua grande tristeza ao vir a uma assembleia e ver uma senhora aqui, uma senhora ali, ausência também, verificada quando da assembleia eleitoral.

— Pensa o colega que a Direcção tem o apoio da classe?

— O exemplo está à vista.

— Que diz sobre a regularidade das Assembleias?

— A regularidade das Assembleias tem sido de um interesse extraordinário.

Pessoas que mal sabiam da existência do Sindicato, agora aparecem de papelinho na mão a seguir metulosamente todas as palavras, todos os gestos, apoiando os seus interesses.

REFLEXÕES

À VOLTA

DE UMA VOTAÇÃO

Numa breve e desapaixonada análise da assembleia para a eleição dos corpos gerentes do nosso Sindicato, um facto sobressai dos números finais, já conhecidos de todos.

Esse facto é, com bastante mágoa o escrevo, «o silêncio-ausência» de cerca de sessenta por cento dos colegas em condições de poderem participar em tão transcendente acto.

E isto quando tudo fazia prever o contrário, embora se apresentasse uma única lista.

Face ao magnífico trabalho desenvolvido pela Direcção, em pouco mais de dois anos de plena actividade, actividade que não se limitou à intransigente defesa dos interesses de todos nós.

É certo que, desta vez, os votos foram sensivelmente o dobro dos que elegeram a Direcção que cessou o seu profícuo mandato, mas estão muito aquém do número de participantes da memorável assembleia do Estádio da Luz.

Também é verdade que esta tinha um poderoso aliciente, embora houvesse, nessa altura, umas centenas de sócios a menos. Mas, afinal, é só o ouvir dizer quanto se vai ganhar mais que faz aparecer mais pessoas?

Talvez não seja só isso.

A razão mais poderosa é, quanto a mim, o alheamento quase total com que a maioria, essa maioria silenciosa de que tanto se fala, tem deixado (até quando?) a resolução dos seus problemas, mesmo os mais ingentes, a indivíduos de quem nunca ouviu falar e que, não só não os resolvem, como os complicam.

No entanto, como tudo seria diferente se todos pússemos na discussão de tais problemas, o mesmo calor com que são discutidos futebolis, festivais e outras coisas que tais.

Alguns dias depois da eleição, uma colega referiu-me a sua grande tristeza ao vir a uma assembleia e ver uma senhora aqui, uma senhora ali, ausência também, verificada quando da assembleia eleitoral.

— Que diz sobre a regularidade das Assembleias?

— A regularidade das Assembleias tem sido de um interesse extraordinário.

Pessoas que mal sabiam da existência do Sindicato, agora aparecem de papelinho na mão a seguir metulosamente todas as palavras, todos os gestos, apoiando os seus interesses.

E é tudo.

Molarinho Jacinto



REUNIÃO INTERSINDICAL REALIZADA EM LISBOA, NO PASSADO DIA 28 FEVEREIRO DE 1971

Para esta reunião foram convocados os seguintes sindicatos:

- ADMINISTRAÇÃO E REVISÃO DE IMPRENSA
- ARQUITECTOS
- AJUDANTES DE DESPACHANTES — Lisboa
- ARTES GRÁFICAS — Porto
- BANCÁRIOS — Coimbra
- BANCÁRIOS — Lisboa
- BANCÁRIOS — Porto
- CAIXEIROS — Lisboa
- COMERCIALISTAS
- ESCRITÓRIOS — Braga
- ESCRITÓRIOS — Lisboa
- ESCRITÓRIOS — Setúbal
- ESCRITÓRIOS E CAIXEIROS — Évora
- ESCRITÓRIOS E CAIXEIROS — Santarém
- ESTIVADORES — Porto
- GUIAS E INTÉRPRETES
- FERROVIÁRIOS SERVIÇOS CENTRAIS
- JORNALISTA
- LANIFÍCIOS — Castelo Branco (sede — Covilhã)
- LANIFÍCIOS — Guarda e Viseu (sede Gouveia)
- LANIFÍCIOS — Leiria e Coimbra
- LANIFÍCIOS — Lisboa
- LANIFÍCIOS — Porto
- METALÚRGICOS — Braga
- METALÚRGICOS — Porto
- MAQUINISTAS MARINHA MERCANTE
- OFICIAIS MAQUINISTAS DA MARINHA MERCANTE
- OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL — Santarém
- ORDEM DOS ENGENHEIROS
- PROFESSORES ENSINO PARTICULAR
- PROPAGANDA MÉDICA
- PROTÉSICOS DENTÁRIOS
- SEGUROS — Lisboa
- SEGUROS — Porto
- SERVIÇO SOCIAL
- SERVIÇOS A. M. MERCANTE, AERONAVEGAÇÃO E PESCA
- TRÁFEGO PORTUÁRIO — Lisboa
- VIAJANTES E PRAÇA — Porto

Deliberações tomadas nesta reunião:

- Apoiar o Sindicato dos Delegados de Propaganda Médica no seu diferendo com a E. MERK.
- Apoiar o Sindicato dos Profissionais de Lanifícios e trabalhadores representados, face às ilegalidades da Corporação da Indústria no processo de contratação colectiva.
- Aprovado um projecto de exposição, elaborado pelos Sindicatos, relativo ao tema «Liberdade de
- Decidido elaborar uma nova exposição sobre a censura sindical. Foi constituído um grupo de trabalho constituído por membros dos seguintes sindicatos: Bancários de Lisboa, Jornalistas, Ordem dos Médicos e Serviço Social.

as PROVAS
Enviadas 8/3/71
Recebidas 1/1
Encomenda N.º 5046



SERVÍCIOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

SERVÍCIOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Prova Tipográfica n.º 90
Boletim "Ângulo Novo" n.º 10
Data Janeiro / Fevereiro
Enviada à Censura em 12/3/71

Lisboa
L1.
7
10
- e. 8
ol. negro
59
de
senta -
da
procur

AS PROVAS
 Enviadas 8/3/71
 Recebidas
 Encomenda Nº 5046



REUNIÃO INTERSINDICAL REALIZADA EM LISBOA EM 7/2/71

Com a presença de representantes dos Sindicatos dos Bancários de Lisboa, Bancários do Porto, Caixeiros de Lisboa, Bancários do Porto, Caixeiros de Lisboa, Carregadores e Descarregadores de Tráfego, Escritórios de Lisboa, Escritórios e Caixeiros de Santarém, Jornalistas, Maquinistas da Marinha Mercante, Metalúrgicos de Braga, Metalúrgicos do Porto, Propaganda Médica, Protésicos Dentários, Seguros de Lisboa, Serviço Social, Serviços da Marinha Mercante e Aeronavegação e Pesca, realizou-se mais uma reunião intersindical, esta na Sede do Sindicato dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa.

Assistiram como observadores representantes da Ordem dos Médicos, e sócios dos Sindicatos dos Escritórios do Porto e Leiria e Caixeiros de Leiria.

A reunião começou por uma troca de informações.

Assim, o representante do Sindicato dos Escritórios e Caixeiros de Santarém informou que o Presidente da sua Direcção pedira a demissão, invocando motivos familiares.

O Sindicato de Seguros de Lisboa, aludindo a nova reunião efectuada na Corporação do Crédito e Seguros, referiu que o sr. Marques Alexandre, contrariando as indicações recebidas do seu Sindicato, esteve presente na mesma como representante dos profissionais de Seguros. Significativamente, registou-se o facto de os delegados patronais terem tomado a sua defesa (e a de um profissional também rejeitado pelo Sindicato do Porto). A atitude do sr. Marques Alexandre vai ser apreciada em Assembleia-Geral do Sindicato, a realizar próximamente.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto deu conhecimento à Assembleia de factos relacionados com a atitude do Delegado do I. N. T. P. e da entidade patronal, quando da recente paralização de trabalho verificada numa empresa da sua área.

O Sindicato dos Bancários do Porto, por sua vez, informou que uma empresa bancária se recusou a liquidar o vencimento de um dirigente sindical relativo a um período de tempo em que o mesmo esteve ocupado com problemas sindicais.

Passado o período de informação, entrou-se no debate do projecto sobre a duração do trabalho, tema a que ajudamos mais concretamente na notícia sobre a nossa assembleia-geral, publicada noutro local do presente número de «Ângulo Novo».

SERVICIOS DE CENSURA
 (SÉDE)
 CORTADO

SERVICIOS DE CENSURA
 (SÉDE)
 CORTADO

Prova Tipográfica n.º 99
 Boletim "Ângulo Novo" n.º 10
 Data Janeiro / Fevereiro
 Enviada à Censura em 12/3/71

1
 18/5/71
 sindicatos
 Caixeiros
 de
 tráfego e
 alistas,
 guias
 Pesca,
 intersindical,
 Leiria

trabalho das hidrantes, e sócios dos sindicatos
 dos Empregados do Porto e Leiria e Caixeiros
 de Leiria.

DIÁRIO DE LISBOA - 19/3/1921

Não autorizada a assembleia dos Profissionais de Seguros de Lisboa

Do gabinete do Governador Civil de Lisboa recebemos a seguinte nota:

«Não foi autorizada, pelo governador civil do distrito de Lisboa, ouvido o Ministério das Corporações e Previdência Social, a assembleia geral extraordinária do Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros de Lisboa, convocada para hoje, na «Voz do Operário», por nela estar prevista, em circular distribuída pelo referido Sindicato, a presença de elementos a ele estranhos, com manifesto desrespeito das normas legais e estatutárias».

PROBLEMAS RELACIONADOS com convenções de trabalho debatidos numa reunião intersindical

Representantes de dezoito sindicatos reunidos, recentemente, em mais uma assembleia intersindical, debateram alguns importantes problemas profissionais, em especial os relativos a contratação colectiva de trabalho.

Participaram nesta reunião os seguintes Sindicatos: Jornalistas, Lanifícios de Lisboa, Metalúrgicos do Porto e de Braga; Ban-

cários de Lisboa e Coimbra; Caixeiros de Lisboa, Escritórios de Lisboa, Escritórios e Caixeiros de

Évora e de Santarém; Estivadores do Porto, Maquinistas, Motoristas, Ajudantes de Motoristas da Marinha Mercante, Propaganda Médica, Protésicos Dentários, Seguros de Lisboa e do Porto, Serviço Social e Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca.

Assistiram aos trabalhos como observadores, sócios da Ordem dos Médicos e dos Sindicatos de Caixeiros e Escritórios de Lisboa, Leiria e Porto.

Adiada a assembleia do Sindicato dos Electricistas

A assembleia geral ordinária do Sindicato Nacional dos Electricistas do Distrito de Lisboa, convocada para a próxima sexta-feira, foi adiada para o dia 29 do corrente, devido a dificuldades resultantes da execução gráfica do relatório e contas do ano transacto, cuja discussão preenche a ordem de trabalhos daquela reunião.

Oportunamente serão publicados, em conformidade com o estabelecido nos estatutos, os respectivos anúncios convocatórios e, logo que possível, será distribuído a todos os associados o número especial do «Boletim em inserido».

CAPITAL - 2-3-1971

ACTIVIDADES SINDICAIS

Com a participação de representações de dezoito sindicatos e a que se associaram, como observadores, sócios da Ordem dos Médicos e de outros sindicatos decorreu mais uma reunião inter-sindical durante a qual foram apreciados diversos assuntos relacionados com os interesses das classes trabalhadoras representadas pelos organismos intervenientes.

8/4/71 (23,10). «Reunião da Intersindical de Lisboa — CORTADO. Capitão Correia de Barros.»

IN: "OS SEGREDOS DA CENSURA" - DE CÉSAR PRÍNCIPE (N.º 1974)

14/4/71 (23,15). «Fome no Nordeste do Brasil. Não pôr, em título, que até comem ratos e víboras. Manifestação de mulheres em frente da Casa Branca — não dizer que é contra a guerra do Vietname. Capitão Correia de Barros.»

15/4/71 (23,20). «A propósito da região nortenha (Assembleia Nacional) não se pode dizer que o Douro caminha para o abismo. Dr. Ornelas.»

30/4/71. «Não podem ser publicadas declarações do general Costa Gomes. Coronel Roma Torres.»

6/5/71 (23,10). «Discurso do governador civil de Aveiro. CORTAR a frase: "arranque esse que ficará a atestar a era marcelina." Coronel Roma Torres.»

7/5/71 (1,10). «Carta de Ferreira de Castro sobre o Festival Internacional do Livro — SUSPENDER. Coronel Roma Torres.»

8/5/71 (23). «Não pôr, em título: "morreu a companheira de luta", na notícia da morte da mulher do escritor Brecht. Coronel Garcia da Silva.»

11/5/71 (23,25). «Sobre Alec Douglas-Home. Título: "Temos de acabar com as picuinhas com Portugal" — CORTAR. Coronel Garcia da Silva.»

12/5/71 (23,10). «Trasladação dos restos mortais do Dr. Afonso Costa. Não dizer que estava proibido trazê-los. NADA sobre a antecipação de horas fixadas. Coronel Roma Torres.»

14/5/71 (23). «Não pôr, em título, 1 milhão e meio de contos para acorrer a despesas da Armada e da Aeronáutica. Tenente Teixeira.»

10 e 11/7/1971

Um terrorista bancário

LISBOA — A fim de protestarem contra a prisão do secretário do Sindicato dos Bancários, Daniel Ricardo, um grupo de empregados bancários concentrou-se ontem junto ao Ministério dos Interior, na Praça do Comércio, em Lisboa, tendo a polícia detido alguns deles, que pouco depois libertou, uma vez ouvidas as suas declarações.

Segundo círculos fidedignos, Daniel Ricardo é um dos indivíduos detidos nas últimas semanas por estarem comprometidos na organização terroristas ARA, ou "Ação Revolucionária Armada", ramo ativista do clandestino Partido Comunista Português, autora, entre outros atentados, da explosão que danificou o Centro de Telecomunicações de Lisboa, ao iniciar-se na capital portuguesa a conferência ministerial da OTAN.

A Direção-Geral de Segurança — em nota distribuída à imprensa — assegurou que "nenhuma detenção foi ordenada sem que houvesse para ela sérias razões", mas não esclareceu qual a identidade dos detidos. (ANI).

DANIEL CABRITA

DANIEL CABRITA

O MINISTRO DO INTERIOR EM BRAGA:

NINGUÉM É PRESO PELAS IDEIAS QUE TEM MAS TÃO-SOMENTE PELAS SUAS ACTIVIDADES SE A LEI PENAL AS REPROVA

BRAGA, 11 — O ministro do Interior, acompanhado do dr. Pires de Lima e do dr. Manuel Soares, respectivamente, director-geral da Administração Política e Civil e secretário daquelle membro do Governo, veio hoje a esta cidade presidir a uma reunião de presidentes das Camaras Municipais do distrito. Aguardavam o dr. Gonçalves Rapazote, à entrada do edificio do Governo Civil, onde chegou cerca das 11 horas, os deputados pelo circulo de Braga, os presidentes dos Municipios de todos os concelhos, as comissões distrital e concelhias da Acção Nacional Popular; o padre Amândio Rios de Castro, em representação do arcebispo-prímaz; os comandantes militar da cidade, do Regimento de Infantaria 8, da G. N. R., da P. S. P. e da L. P.; o delegado do Instituto Nacional do Trabalho; D. Delmira Pinto Teles, vice-reitora do Liceu Nacional D. Maria II; engenheiros Joaquim da Costa e João Cruz, dos Serviços Municipalizados; Vasco Simões de Carvalho, Rafael Soares, em representação da Escola do Magistério Primário; José Pinto Cardoso, presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Braga; eng. Manuel Cerqueira Fimrentel; dr. Felicissimo Campos; Fernando Vilaça e Manuel Vilaverde, da Contraria do Sameiro; António Leitão de Carvalho, presidente do Grémio do Comércio, e muitas outras entidades.

Feitas as apresentações pelo chefe do distrito, o dr. Gonçalves Rapazote dirigiu-se para o salão de recepções, onde se encontravam já muitas outras pessoas, como os presidentes das juntas de freguesia e o funcionário público. Usou da palavra o commandador António Maria Santos da Cunha, que dirigiu breve saudação ao ministro, afirmando:

«Sou dos que entendo que a presença de V. Ex.^a na vida politica do País a enobrecer. Senhor de uma sólida formação politica, que assenta todos os seus actos em principios, V. Ex.^a dá-nos a garantia de que não pode haver desvios nem violências, mas, apenas, respeito, ao cumprimento da lei. Dejo a V. Ex.^a — disse, a terminar — as melhores prosperidades.»

Em seguida, falou o ministro, que começou por agradecer as saudações do governador civil de Braga.

Conservar o clima de tranquilidade e de paz indispensável ao trabalho e ao progresso do País

No uso da palavra, o dr. Gonçalves Rapazote disse que aquellas reuniões de trabalho deviam servir para esclarecer o pensamento dos governantes, para dar a medida exacta dos seus actos e das suas omissões e para lembrar aquilo que é indispensável saber quando os cidadãos são convidados a comungar em queixas colectivas de abusos e irre-

gularidades completamente inconscientes. E acrescentou:

— Antes de iniciar esta nova reunião, parece-me oportuno fazer uma curta declaração que favoreça o claro entendimento da posição do ministro do Interior em relação a certos movimentos que podem provocar alguma inquietação em pessoas mal informadas e que a nos nos devem manter apenas atentos, seguros e lúcidos. O nosso sistema de segurança cumpre esclarecida e disciplinadamente o seu dever e a generalidade dos cidadãos deseja conservar, mas conservar sem hesitações nem tergiversações, um clima de tranquilidade e de paz indispensável ao trabalho tecendo e ao progresso da Nação. Havemos, porém, de ter bem presentes alguns indispensáveis condicionamentos. Vamos recordá-los.

Proseguiu o ministro:

— A Direcção-Geral de Segurança pelos seus órgãos próprios tem competência para ordenar a prisão sem culpa formada dos suspeitos de actividades contra a segurança do Estado. Essa competência exerce-se no plano da mais rigorosa legalidade, e é por essa legalidade que a Direcção-Geral de Segurança responde perante o ministro do Interior que efectivamente a exige. Mas o ministro do Interior tanto defende os individuos de qualquer acção irregular de policia, como defende a policia da acção denegridora dos inimigos da ordem social e das manobras dos grupos de pressão.

O trabalho de policia judiciária, de prevenção e repressão das actividades subversivas, é demasiadamente sério para que possa ser objecto de apreciação em reuniões irresponsáveis ou manifestações colectivas mais ou menos emocionais.

Se a autoridade cedesse a pressões e prescindisse do seu direito, que é um inclinável dever, de investigar os actos criminosos e de deter preventivamente os suspeitos, demitir-se-ia, repetindo o gesto que condenou Pilatos para todos os tempos.

A Direcção-Geral de Segurança no seu recente comunicado informou que não se efectuem prisões sem que existam graves suspeitas de culpabilidade, mas é evidente que só através de cuidadas investigações, nas quais os arguidos podem colaborar, é possível definir a culpa e apurar as responsabilidades que em definitivo serão apreciadas pelos Tribunais.

A acção dos grupos de pressão

O dr. Gonçalves Rapazote afirmou depois:

— Ninguém é preso pelas ideias que tem, mas tão somente pelas actividades que desenvolve e quando essas actividades são reprovadas pela lei penal.

Os crimes contra a segurança do Estado, nomeadamente a existência e a actividade de associações clandestinas, oferecem graves dificuldades de investigação sendo evidente que a cuidada preparação do aparelho subversivo torna da maior importância e obriga a maior confiança e interrogatório dos arguidos. Sem essa confiança, seria de todo impossível dominar e reprimir as actividades clandestinamente organizadas e conduzidas.

A defesa dos réus está sobretudo nas suas atitudes, nas suas explicações, no seu comportamento, conforme ou desconforme com as regras das mesmas associações, útil ou inútil para a descoberta da verdade. O que não há duvida é que a agitação que se verifica após a detenção de certos individuos não é favorável a defesa dos arguidos, denunciando, como denuncia, que se trata de personalidades predominantes na acção revolucionária e com funções de chefia.

A acção dos grupos de pressão, nesses casos, apoia-se na exploração dos temas da solidariedade de classes, da provocação da autoridade e da repressão, e procura desencadear um movimento de massas para exigir a libertação dos presos, quer dizer, a sobreposição de todo um aparelho subversivo ao normal exercicio das funções de autoridade.

A atitude das direcções de certos sindicatos

— Pode haver erro na acção policial, mas esses erros terão de ser declarados através dos órgãos próprios e pelos meios próprios; não basta a amizade dos amigos ou a convicção dos correligionários para os provar e muito menos para os julgar. O ministro do Interior depora que as direcções de certos Sindicatos não respeitem os mais elementares principios de Organização Corporativa, nomeadamente o tão esquecido art.º 5.º do Estatuto do Trabalho Nacional, explicando aos seus associados, com espirito de paz social, que a justiça na sua mais absoluta e rigorosa expressão — a justiça criminal — pertence ao Estado, e o acatamento das instituições judiciária e da Policia Judiciária constitui a mais elementar obrigação dos cidadãos.

como todas as policias do Mundo, é objecto de uma campanha de difamação sistemática, movida por parte de quantos perante ela respondem por actividades ilegais, mas é lamentável que os Organismos Corporativos se deixem comprometer cegamente numa fria e calculada manobra de demolição.

Ainda há poucos dias o Presidente Pompidou perante as camaras da T. V. francesa denunciava essa campanha de difamação sistemática e dizia que era preciso que o publico compreendesse que devia participar pelo seu estado de espirito na manutenção da ordem e que a ordem não se faz dizendo que a policia é uma provocação.

«A ordem é em primeiro lugar o respeito pela lei, é também o respeito pela pessoa humana, o respeito pelos outros e o respeito por si próprio. A ordem não está nas ruas, está nos cidadãos, depende dos cidadãos.»

Pois respeitemos a lei, e respeitemos a liberdade das pessoas. Só nessa liberdade elas podem reflectir e corrigir saudavelmente as suas próprias acções, confessar as próprias faltas e aliviar as suas culpas com sincero arrependimento.

Não é fácil superar os efeitos da linguagem aliciante do aparelho de propaganda comunista, mas é fácil conhecê-la, pois se denuncia sempre pelas perturbações que provoca ou pelas dificuldades que aproveita.

O partido é uma máquina própria para fazer agitadores e toda a sua energia se consome na exploração das tensões e no despertar de todas as rebeldias. Não é difícil desmascará-lo, mas é muito difícil desarmá-lo. O homem corre facilmente atrás das ilusões e os descontentes de todas as classes são terreno fácil de recrutamento e manobra.

A concluir, disse ainda o ministro:

— A ordem que servimos e se substancia na serena imagem de autoridade triunfara desta diabólica conspiração para que sobrevivam os valores eternos da justiça, da liberdade e da paz.»

É, porém, necessário que a autoridade do Governo, sagrada para o bem comum, se junte á de todos aqueles que prezam realmente a sua liberdade e a desejam defender. A liberdade analisa-se em poderes, e é, exactamente, por isso, que a autoridade é liberdade sublimada.

Pois só enquanto agirmos e fizermos frente, com todo o nosso poder, á desobediência colectiva, ás leis e á subversão dos valores, seremos, realmente homens livres.»

Depois destas palavras do ministro do Interior, todas as pessoas presentes o cumprimentaram. Seguiu-se uma reunião com todos os presidentes das Camaras Municipais do distrito, que terminou cerca das 13 horas.

Às 17.45 o ministro, acompanhado do chefe do distrito e de outras autoridades, seguiu para a cidade de Barcelos.

NOVE FERIDOS

RUA DO OURO:

O MOVIMENTO DE 26 DE JULHO DE 1971

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

NOVE FERIDOS

Diário de Notícias
numa manifestação de bancários

propósito da notícia que publicamos com o título em epígrafe, em 27 do mês passado, escreve-nos o sr. Artur José Vitorino Vale, funcionário do Banco de Portugal, a informar que nunca fez parte da referida manifestação, pois ia a caminho do local de trabalho, e foi à entrada do Banco que recebeu os ferimentos que o obrigaram a ir receber curativo ao hospital.

O SECULO

Terça-Feira, 27/7/71

Alguns feridos numa manifestação de empregados bancários

As 13 e 30 de ontem, os funcionários bancários — a maioria de gravata preta — dos estabelecimentos situados na Baixa juntaram-se no Rossio, descendo, seguidamente, em cortejo silencioso, a Rua do Ouro. Ao que se supõe, essa manifestação foi em sinal de protesto contra a prisão de um dirigente sindical daquela classe, registada há várias semanas.

No entanto, a certa altura, surgiram piquetes da Polícia, que procuraram dispersar os referidos empregados bancários. Do recontro verificado registaram-se ferimentos em várias pessoas, tendo os agentes da autoridade feito diversas prisões. As pessoas detidas foram conduzidas à esquadra anexa ao Ministério do Interior.

Entretanto, elementos da P. S. P. apreenderam máquinas fotográficas a transeuntes que pretendiam fotografar os episódios do recontro. Por seu turno, numerosas pessoas que nada tinham a ver com o acontecimento viram-se envolvidas no caso, tanto mais que a Polícia não tem oportunidade de identificar, em situações anormais como a que relatamos, todos quantos circulam nas ruas. Aliás, esse facto foi agravado pelo regresso aos seus empregos de muitos funcionários de outras firmas que tinham ido almoçar.

Em consequência da intervenção da Polícia e da resistência encontrada, recolheram ao Hospital de S. José para receberem tratamento os srs. Artur José Vitorino Vale, de 45 anos, residente na Estrada de Benfica, n.º 461, 2.º, dt.º; Rui Matos Nunes da Silva, de 36, morador na Rua Gonçalves Zarco, n.º 6, 5.º, A; José Gomes, de 37, residente na Rua K, lote 1, 2.º, esq.º, em Benfica; António Ascensão Tomás Andrade, de 35, residente na Rua Frei Carlos, n.º 2, 2.º, esq.º; Manuel Teixeira, de 39, residente na Avenida General Rocardas, n.º 145, 5.º, esq.º; Leonardo Vila Nova Gonçalves, de 30, residente no apeadeiro de Cabo Ruivo, n.º 1, 1.º, esq.º, porta C; sr.ª D. Irene Marques Duarte Silveira, de 26, residente na Estrada Nacional 10, n.º 36, 3.º, esq.º, em Corroios; José de Lurdes Reis, de 50, residente na Travessa D. Vasco, n.º 2, 3.º, e Carlos Nery Sousa Gomes Araújo, de 38, residente na Avenida D. Luís, n.º 4, 3.º, dt.º, na Damaia.

FORAM ENCERRADOS OS SINDICATOS DOS BANCÁRIOS DE LISBOA E PORTO

Do gabinete do ministro do Interior, através da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, recebemos o seguinte comunicado:

«O Conselho de Segurança Pública tendo verificado que os Sindicatos Nacionais dos Empregados Bancários dos Distritos de Lisboa e Porto se desviaram dos fins para que foram instituídos pois vêm promovendo a agitação social contra actos legi-

timos da autoridade pública e tendo considerado que os processos usados comprovam o carácter sedicioso das suas actividades, resolveu considerar essas mesmas actividades abrangidas pela disposição do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 37447, de 13 de Junho de 1949, e, consequentemente, ordenar o encerramento das respectivas sedes por tempo indeterminado».

ENCERRADOS os Sindicatos dos Bancários de Lisboa e do Porto

Do gabinete do ministro do Interior recebemos o seguinte comunicado:

O Conselho de Segurança Pública, tendo verificado que os Sindicatos Nacionais dos Empregados Bancários dos Distritos de Lisboa e Porto se desviaram dos fins para que foram instituídos, pois vêm promovendo a agitação social contra actos legítimos da autoridade pública, e tendo conside-

(Continua na última página)

ENCERRAMENTO DE SINDICATOS

(Continuado da 1.ª página)

rado que os processos usados comprovam o carácter sedicioso das suas actividades, resolveu considerar essas mesmas actividades abrangidas pela disposição do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 37 447, de 13 de Junho de 1949, e, conseqüentemente, ordenar o encerramento das respectivas sedes por tempo indeterminado.

PRIMEIRO DE JANEIRO
29/7/1971

AS MANIFESTAÇÕES DE PROTESTO NA ZONA DA BAIXA

Transitaram para os calabouços do Governo Civil, as vítimas dos tumultos, ultimamente ocorridos na Baixa pombalina, as quais receberam tratamento no Hospital de S. José, a ferimentos sofridos, em consequência da acção policial para dominar os acontecimentos.

Além das pessoas, cuja identidade, oportunamente, referimos, foram feitas mais prisões (na maioria de empregados bancários), a fim de averiguar a responsabilidade que tiveram na manifestação de segunda-feira, e que reuniu mais de 1 500 participantes.

ANTE

COMÉRCIO DO PORTO
6174971 - 3 *est. 1971*

MANIFESTAÇÃO DE BANCÁRIOS

Por causa da prisão do secretário do Sindicato dos Bancários do Distrito de Lisboa, terça-feira, cerca das 12 horas, junto ao Ministério do Interior, começaram a juntar-se grupos de empregados bancários, tendo comparecido a P. S. P. que os dispersou. Segundo a declaração do comissário principal Joaquim Costa, não houve detenções.

CAPITAL - 7/7/1971

MANIFESTAÇÃO DOS BANCÁRIOS NO TERREIRO DO PAÇO

Bancários concentraram-se ao fim da manhã de ontem no Terreiro do Paço, em frente do Ministério da Justiça, numa manifestação relacionada com problemas que atingiram há dias elementos da direcção do Sindicato.

Uma força da autoridade dispersou os manifestantes, não se confirmando contudo no Comando da P. S. P. que tenha sido efectuada qualquer prisão.

REPÚBLICA 7/7/1971

Reunião de empregados

DIGITALIZAR

TO DA A PÁGINA

num no d. p. h. g. c. g.

(Logunto)

para o Governo Civil, aos quais, depois de ouvidas, foram postas em liberdade.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS 7/7/1971

REUNIÃO DE BANCÁRIOS NA PRAÇA DO COMÉRCIO QUE A POLÍCIA DISPERSOU

Para manifestar ao ministro do Interior a discordância pela prisão do sr. Daniel Ricardo, secretário do Sindicato dos Bancários, ontem, cerca das 12 horas, junto ao Ministério do Interior, começaram a juntar-se grupos de empregados bancários, tendo comparecido a P. S. P., que deteve algumas pessoas e as levou para o Governo Civil.

Segundo a declaração do comissário principal, Joaquim da Costa, depois de ouvidas, as mesmas seguiram em liberdade.

DIÁRIO LISBOA - 7/7/1971

A MANIFESTAÇÃO DOS BANCÁRIOS

Para manifestar ao ministro do Interior a discordância pela prisão do sr. Daniel Cabrita, secretário do Sindicato dos Bancários, ontem, cerca das 12 horas, junto ao Ministério do Interior, começaram a juntar-se grupo de empregados bancários, tendo comparecido a P. S. P., que deteve algumas pessoas e as levou para o Governo Civil. Segundo a declaração do comissário principal, Joaquim da Costa, depois de ouvidas, as mesmas seguiram em liberdade.

PRIMEIRO DE JANEIRO - 8/7/1971

MANIFESTAÇÃO DE BANCÁRIOS

Relacionada com a prisão do secretário do Sindicato dos Bancários, cerca das 12 horas, junto ao Ministério do Interior, começaram a juntar-se grupos de empregados bancários. Compareceu entretanto, a P. S. P., que os dispersou.

Conforme assinalámos na nossa edição de terça-feira, não foi autorizada a realização, no salão de «A Voz do Operário», de uma assembleia geral do Sindicato Nacional dos Bancários, a qual tinha por objectivo, na Ordem do Dia, apreciar assuntos de interesse para a classe.

Muito embora tenha comparido elevado número de associados e se tivesse formado a mesa orientadora dos trabalhos, a reunião não se efectuou porque alguns dos presentes pretendiam esclarecer determinados factos que, todavia, não faziam parte da agenda.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 9/7/1971

REUNIÃO DE BANCÁRIOS NA PRAÇA DO COMÉRCIO QUE A POLÍCIA DISPERSOU

A propósito da notícia que publicámos, anteontem, com este título, pedem os Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa que rectifiquemos o nome do secretário-geral daquela organismo, que, por lapso, saiu errado na referida informação. O nome correcto daquelle dirigente é Daniel Cabrita.

LISBOA DIA

Daniel Cabrita está preso por «fortes indícios de actividade» ao serviço do P. C. Português — afirmou o director-geral da Informação

O dirigente sindical Daniel Cabrita «foi detido por fortes indícios de pertencer aos quadros dirigentes do aparelho clandestino do Partido Comunista Português, e exercer

actividades de preparação e execução de crimes contra a segurança do Estado» — afirmou esta manhã o Director-Geral da Informação, dr. Geraldês Cardoso, numa conferência de imprensa concedida a jornalistas portugueses e estrangeiros.

O director-geral da Informação, que respondia a uma pergunta duma jornalista estrangeira, acentuou a legalidade da prisão, esclarecendo uma dúvida apresentada por outro correspondente, que perguntou se aquele facto era suficiente para justificar a detenção. «Não são as ideias, mas a actuação o que justifica a prisão» — afirmou.

Em resposta a outra pergunta, relativa à detenção, ontem verificada, do jornalista António dos Santos, director do Sindicato Nacional dos Jornalistas, o director-geral da Informação disse não possuir ainda elementos para responder.

Também alguns jornalistas estrangeiros pediram esclarecimentos sobre o sentido da recente afirmação do general António de Spínola, governador da Guiné, segundo a qual «qualquer traidor será inexoravelmente justificado». O dr. Fialho Ponce, porta-voz do ministério do Ultramar, precisou, então, que «justificar só pode ter o significado que a lei penal portuguesa permite» isto é, que «as sanções previstas na lei em vigor» para certos crimes «serão aplicadas inexoravelmente.» Quanto aos boatos que corriam em Bissau, e que motivaram aquela declaração do governador da Guiné, o mesmo porta-voz salientou que eles se referiam «a atentados contra a segurança individual e colectiva da população civil.»

A reforma do ensino foi ou-

tra das questões abordadas, tendo sido perguntado em que domínios concretos ela se fará sentir, no próximo ano lectivo, no ensino superior. A este respeito, o dr. Geraldês Cardoso disse não poder adiantar qualquer informação, acrescentando que, todavia, na próxima conferência de imprensa já seria possível fornecer ampla resposta.

A uma pergunta sobre a possível oficialização, por par-

te do M. E. N., do «ensino programado» praticado em vários estabelecimentos de ensino particulares e empresas, o director-geral da Informação disse:

«O ministério da Educação está interessado na aplicação dessa técnica pedagógica no ensino oficial e criou junto da Direcção-Geral do Ensino Técnico um grupo de trabalho para estudar esse tipo de ensino».

EMPREGADOS BANCÁRIOS MANIFESTARAM-SE NO PORTO

PORTO, 7 — Em pleno centro da cidade, e quando aguardavam as catorze horas para entrarem nos bancos onde trabalham, grupos numerosos de empregados manifestaram-se ontem.

Para dispersar esses manifestantes, apareceram na Avenida dos Aliados muitos componentes da força de choque da P. S. P., o que originou

grande engarrafamento de trânsito.

Entretanto, juntaram-se na mesma concorrida artéria muitos populares, que contribuíram, também, para que o trânsito não se movimentasse com a normalidade habitual.

A referida zona citadina só mais tarde voltou ao normal, mas sempre vigiada por aqueles componentes da P. S. P.

DIÁRIO DE LISBOA - 8/8/1971

SUSPENSOS OS DIRIGENTES DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO DISTRITO DO PORTO

PORTO, 8.— Por decisão da primeira vara, da qual é juiz o sr. dr. Morais Sarmiento, o Tribunal de Trabalho do Porto a requerimento do Instituto Nacional de Trabalho, suspendeu, preventivamente, os componentes da direcção do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito do Porto.

Oficiais de diligências daquele tribunal procuraram os aludidos directores sindicais, a quem deram conta da ordem de suspensão.

9-8-H

DIÁRIO

LISBOA

PÁGINAS DE «SUPLEMENTO DESPORTIVO»

de Lisboa

M MANSO

DIRECTOR: A. RUELLA RAMOS

ESTO DE 1971

N.º 17 468

ANO 51.º

PREÇO 1\$50

TAPETES
CARPETES

Carpelio

UM PRODUTO DA
CARPELIO MALHAS, S.A.R.L. TROFA
DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO
ELIO AMORIM & FILHO, LDA

DECISÃO DO MINISTÉRIO DAS CORPORACÕES

COMISSÕES ADMINISTRATIVAS PARA OS SINDICATOS BANCÁRIOS DE LISBOA E DO PORTO

Através da Secretaria de Estado da Informação e Turismo recebemos, do Ministério das Corporações e Previdência Social, a seguinte nota oficiosa:

«Como foi dado a conhecer, por nota oficiosa do Ministério do Interior, o Conselho de Segurança Pública ordenou o encerramento, por tempo indeterminado, das sedes

dos Sindicatos Nacionais dos Empregados Bancários dos Distritos de Lisboa e Porto.

Tendo em consideração a referida decisão e com base em elementos sucessivamente recolhidos, e que, revelam o evidente propósito de desviar os organismos dos fins que lhes compete prosseguir, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência participou ao Tribunal do Trabalho, nos termos do art. 11.º do Decreto-Lei n.º 502/70, de 26 de Outubro de 1970, as correspondentes transgressões aos preceitos da nossa legislação sindical.

Nessa conformidade e por sentenças proferidas, respectivamente, pelos juizes de turno dos Tribunais de Lisboa e do Porto, foi decretada a suspensão dos elementos componentes de ambas as direcções, pelo que, ao abrigo do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 23 050, de 23 de Setembro de 1933, foram nomeadas comissões, com vista a normalizar a vida administrativa dos dois sindicatos, permitindo, nomeadamente, o retorno ao regular funcionamento dos seus serviços c/ínicos.»

ENVIADOS A TRIBUNAL CINCO PROCESSOS-CRIME EM QUE 29 INDIVÍDUOS SÃO ARGUIDOS DE DELITO CONTRA A SEGURANÇA DO ESTADO

Da Direcção-Geral de Segurança recebemos a seguinte nota:

A Direcção-Geral de Segurança comunica ter remetido ao Tribunal Criminal de Lisboa, no corrente mês, cinco processos-crime em que são arguidos de delito contra a segurança do Estado, entre outros, os seguintes indivíduos, que foram agora, pronunciados, sem admissão de caução:

Julio Guilherme Lopes Freire (empregado de escritório); Alvaro Ribeiro Monteiro (agente técnico de engenharia); Faustino Dionísio dos Reis (caixeiro viajante); Mário Constanção Calvário Cardoso (electricista); José Inácio Coelho Revés (fiel de armazém); José Manuel Marques Carvela (empregado de es-

critório); José Monteiro Marques Loureiro (soldador); Mariano António Martins (operário); João Abreu Fernandes (serralheiro mecânico); António Brás de Ascensão (serralheiro civil); António Narciso ou António Narciso Caleiro ou António Narciso Moreira Caleiro «O Caleiro» ou «O Salvaterra» (fogueiro de mar e terra); Isidoro António da Conceição (detector); Domingos Félix da Conceição Pinho (praticante de despachante); Daniel Isidoro Figueiras Cabrita, «O Leão» (empregado bancário); Manuel Maria Candeias (mecânico de aviões); Afonso da Assunção Rodrigues (electricista de aviões); José Tavares Marcelino (técnico de rádio e electrónica); Vítor Manuel Pinto Lima (licenciado em Finanças); Carlos Alberto de Sousa (empregado de escritório); Fernando de Almeida Pinto (empregado — C.G.D.C.P.); Gil António Ferreira Furtado (1.º operador — C.G.D.C.P.); Eduardo Fernando da Silva Ferreira (empregado de escritório); Alfredo José Marques Henriques (gerente comercial); Rogério Fernando de Sousa Miranda (empregado de escritório); Joaquim Serra Carvalho de Oliveira (terceiro empregado — C.G.D.C.P.); Manuel Neves Mendes (empregado de escritório); Nuno Manuel Mendes Lourenço (2.º escriturário de seguros); Jorge Melo Ferreira Matias (programador — C.G.D.C.P.); Maria Julia dos Santos (empregada do comércio).

Ainda este mês serão remetidos outros processos ao mesmo Tribunal Criminal, por se encontrarem já na fase final da instrução preparatória.

Pelas diligências até agora efectuadas, averiguou-se que a organização terrorista «Accção Revolucionária Armada», também conhecida pela sigla ARA, é uma ramificação da associação ilícita, secreta e subversiva denominada Partido Comunista Português a que os citados indivíduos pertenciam.

Porém, até á presente data, dado o carácter da organização terrorista e os cuidados conspirativos de que os seus «membros» se rodeiam, ainda não foi possível capturar alguns deles, referidos nos autos, por viverem na clandestinidade a coberto de falsos nomes e profissões ou se encontrarem ausentes do País em parte incerta.

Entre esses, estão os «dirigentes» da referida organização, Jaime dos Santos Serra e Joaquim Gomes dos Santos, ambos evadidos da cadeia de Peniche em 3-1-1960, com elevado numero de anos de prisão maior a cumprir, e ainda os «funcionários» do partido na clandestinidade, Armando da Conceição Morais de Oliveira e Carlos Domingos Soares da Costa.

Diligências recentes levaram á captura de António Joaquim Gervásio, também dirigente da ARA, que se evadira da Cadeia de Caxias em 4-12-1961, onde cumpria pena maior, e que vinha actuando no Centro do País.

Continua a desconhecer-se o paradeiro de Firmínio João Martins e Angelo Manuel Rodrigues de Sousa, desertor da Base Aérea de Tancos, já referidos em notas anteriores.

As investigações prosseguem.